

O (Des)Emprego da População Jovem: Recortes Históricos para Entender sua Emergência em Superpopulação Relativa

El (Des) Empleo de la Población Joven: Fragmentos Históricos para Comprender su Aparición en una Sobrepoblación Relativa

Wagna Maquis Cardoso de Melo Gonçalves*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ/BRASIL

[HTTPS://DOI.ORG/10.22370/RPE.2020.9.2444](https://doi.org/10.22370/RPE.2020.9.2444)

RESUMO

O estudo pretende esboçar uma síntese de acontecimentos relevantes que problematize o desemprego da população jovem e seu condicionamento em superpopulação relativa. O percurso metodológico segue o materialismo histórico, que enfatiza a relação dos sujeitos com as condições materiais nas quais eles se perpetuam e atendem suas necessidades. Os resultados mostram que, as políticas keynesianas mostraram-se suficientes para manter os jovens na inatividade. A partir da crise dos anos 1970, num cenário de desemprego generalizado, os jovens passaram a procurar emprego, desconstruindo sua fase de transição para a vida adulta. Seguiram o caminho de inserção no mercado de trabalho e deserção do sistema de ensino de formas precoce (antes de completar sua idade “legal” de inserção laboral e da conclusão formal dos estudos). A pesquisa conclui que esse movimento contribuiu com o aumento das taxas geral de desemprego, sendo o jovem uma reserva “ideal” de trabalho que amplia o Exército Industrial de Reserva. Assim, o capital passa a dispor de um vasto reservatório de trabalhadores disponíveis que se estende e se amplia assustadoramente e mantém as condições de exploração da classe trabalhadora em condições de trabalho abaixo do nível médio, fornecendo ampla base para a exploração do capital.

Palavras chaves: Jovem; desemprego e superpopulação relativa.

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo esbozar una síntesis de eventos relevantes que problematizan el desempleo juvenil y su condicionamiento en la sobrepoblación relativa. El camino metodológico sigue el materialismo histórico, que enfatiza la relación de los sujetos con las condiciones materiales en las que se perpetúan y satisfacen sus necesidades. Los resultados muestran que las políticas keynesianas fueron suficientes para mantener a los jóvenes inactivos. A partir de la crisis de la década de 1970, en un escenario de desempleo generalizado, los jóvenes comenzaron a buscar trabajo, desconstruyendo su transición a la edad adulta. Siguió el camino de inserción en el mercado laboral y la deserción del sistema de educación temprana (antes de alcanzar la edad “legal” de inserción laboral y la finalización formal de los estudios). La encuesta concluye que este movimiento ha contribuido al aumento de las tasas generales de desempleo, siendo los jóvenes una reserva de trabajo “ideal” que expande el Ejército de Reserva Industrial. Por lo tanto, el capital ahora tiene una gran reserva de trabajadores disponibles que se extiende y se extiende de manera alarmante y mantiene las condiciones laborales de la clase trabajadora por debajo de las condiciones laborales promedio, proporcionando una base amplia para la explotación del capital.

Palabras clave: Joven; desempleo y sobrepoblación relativa.

* wagnamaquis@gmail.com

INTRODUÇÃO

A presente reflexão compõe uma pequena parte da dissertação de mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico defendida por esta autora, que trata acerca das 'Políticas de Emprego para os Jovens no Brasil no período neoliberal'. Entretanto, a parte que compõe este estudo se refere à intenção de esboçar uma síntese de acontecimentos relevantes contendo fatos que possibilitem problematizar o recente desemprego da população jovem como um condicionamento dos mesmos em uma superpopulação relativa (MÉSZÁROS, 2006) aptos à exploração do capital. Dessa forma o objetivo principal deste artigo é analisar e situar a emergência da atividade (nos termos econômicos de População Economicamente Ativa) da população jovem e, por conseguinte, seu desemprego dentro do contexto da recente crise do capital, à luz do materialismo histórico de Karl Marx.

O percurso metodológico do materialismo histórico, cuja análise enfatiza a relação dos sujeitos com as condições materiais nas quais eles se perpetuam e atendem suas necessidades, conduz a pesquisa por três grandes caminhos: No primeiro, começamos a análise à partir da leitura de autores que tratam sobre os temas: falência do Estado keynesiano e ascensão do neoliberalismo ocorridos no início dos anos 1970, para tanto foram utilizados os autores Marini, Harvey, Mattoso, Pochman, entre outros, os quais consideram que o problema do desemprego vivido em tempos recentes ocorre devido a manifestação de uma característica intrínseca da crise estrutural do capitalismo.

No segundo, foram utilizados textos dos autores Azeredo, Ramos, Antunes, Fagnani, entre outros, para compreender a forma como as fraturas das políticas sociais do *Welfare State* contribuíram à ruptura da Moratória Social juvenil modificando toda a fase de inserção dos jovens nos moldes tradicionais de ocupação. E por último, a pesquisa contemplou a análise e descrição da saída da 'condição de inatividade e emergência do desemprego da população jovem' como categoria historicamente determinada num contexto de persistência

de crise e desemprego, para tanto os textos de autores como Mészáros, Cacciarnali, Braverman, entre outros foram analisados.

Assim, além desta introdução e considerações finais, este trabalho ficou estruturado em três itens, a saber, o primeiro que versa sobre a crise do Estado de Bem Estar e a ascensão do neoliberalismo; o segundo versa sobre fratura das políticas sociais e seus impactos na População Economicamente Inativa tratando em especial o caso dos jovens. E por fim, o terceiro versa sobre a ruptura da moratória social e a superexploração da população jovem.

Com esse debate pretende-se examinar o papel das políticas sociais do Estado de Bem Estar à garantia da moratória juvenil e situar os fatores perturbadores dessa moratória a partir da reconfiguração do Estado em seu tratamento com as políticas sociais no contexto da crise do capital. Dessa forma, espera-se com este trabalho apresentar fatos, dados e argumentos que possibilite problematizar o recente desemprego da população jovem como um condicionamento dos mesmos em uma superpopulação relativa aptos à superexploração do capital.

1- CRISE DO ESTADO KEYNESIANO E A ASCENÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Esta parte do texto se dedicará a exibir uma breve análise a partir de autores que tratam sobre falência do Estado keynesiano e ascensão do neoliberalismo, ocorridos no início dos anos 1970 e seus rebatimentos sobre o mercado de trabalho. Dessa forma, a literatura especializada sinaliza que o marco do problema do desemprego vivido em tempos recentes ocorre devido a manifestação de uma característica intrínseca da crise estrutural do capitalismo. Mészáros (2006), por exemplo, expõe que surgiu no final da década de 1960, depois de 25 anos de expansão do capital do segundo pós-guerra, relativamente sem perturbações. Harvey (2011) complementa que esse problema não é exclusividade da sociedade pós-moderna contemporânea, mas sim de um movimento que é intrínseco ao modo de produção capitalista, indicado por Karl Marx, ao analisar a dinâmica do processo de acumulação do capital. Assim, para os dois

autores, o desemprego é uma característica necessária e sempre em resposta a agravação de uma crise estrutural.

Ocorre que, no segundo pós guerra com a generalização do padrão de industrialização norte americano (ou regime de produção em massa fordista/keynesiano), as economias centrais presenciaram o que a literatura veio chamar de ‘trinta anos gloriosos do capitalismo’. Pochmann (2002) relata que nesse período foram observados redução dos níveis de pobreza, distribuição de renda e condições favoráveis ao mundo do trabalho, pois havia um maior comprometimento do Estado, sindicatos e partidos políticos (principalmente os de representação direta dos trabalhadores), com a classe trabalhadora, com o pleno emprego e o bem estar social. Mattoso (1996) mostra que o processo de constituição do *Welfare State*, (ou Estado de bem estar social) que teve origem no pensamento Keynesiano, expressou para a classe trabalhadora, a elevação dos salários, tanto os diretos como os indiretos.

No mundo capitalista o emprego é uma variável chave e sua manutenção é imprescindível para o ‘bom funcionamento’ da economia. Nesse sentido, no geral foi consolidada entre 1945 e 1975, em face à lutas e conquistas sociais num cenário de vigoroso crescimento econômico, uma sociedade trabalhadora que experimentou a legitimação e defesa de seus direitos enquanto trabalhadores. Pochmann (2002) afirma que a partir do segundo pós-guerra as medidas de intervenção no mercado de trabalho assumiram elevada centralidade nos países desenvolvidos, consagrando a influência direta do Estado na modificação e regulação da oferta e demanda de trabalho. Com isso, houve a confirmação de uma nova etapa em políticas de emprego, que compreendia a legitimação econômica e política dos serviços públicos de emprego, possibilitando que as instituições públicas fossem estruturadas para dar conta dos serviços de apoio e geração de emprego e proteção dos desempregados.

Para relembrar, entre 1945 a 1970, as medidas adotadas pelo Estado de Bem Estar nas questões sociais se mostravam satisfatórias para a manutenção do quase pleno emprego. Para os empregados

havia condições de garantia de emprego e para os desempregados havia medidas de garantia de renda (proteção e assistência social) que impediam o rebaixamento do padrão de vida (POCHMANN, 2002). Assim a construção de uma política de emprego foi sendo erguida e consolidou o Sistema Público de Emprego - SPE.

Contudo, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o cenário muda e abre-se um período de incertezas com uma profunda crise econômica e o esgotamento do padrão de industrialização norte americano do pós-guerra. Os Estados Unidos deixam de ser a fonte do desenvolvimento que estabilizou a economia internacional. Alemanha e Japão aparecem como motores do crescimento e dão início a uma renovação tecnológica e organizacional, intensificando a concorrência internacional, a busca pela maior competitividade e produtividade, o aumento da difusão do sistema matriz/filial no cenário internacional gerando condições para o surgimento de um novo padrão tecnológico e produtivo. Em outras palavras, com a crise do padrão norte americano de produção e acumulação, emerge um novo modelo de desenvolvimento, com vistas à superação da crise e retomada do processo de produção, crescimento econômico e acumulação capitalista.

A adoção deste novo padrão tecnológico e produtivo lança uma trilha de incertezas e abre caminhos para a desestruturação das articulações das relações sociais, pois ao mesmo tempo em que se tem a busca pela garantia de maior produtividade e competitividade, há o acirramento da concorrência capitalista, sobretudo internacional, e o questionamento das 'alianças' estabelecidas entre os atores sociais, 'empresários, Estado e a classe trabalhadora'. Conforme os primeiros atores sociais citados, os obstáculos à adoção do novo padrão tecnológico pairavam tanto nos instrumentos regulatórios, como nas políticas sociais, ambos comandados pelo Estado (MATTOSO, 1996).

Os efeitos da crise não foram sentidos apenas no mercado de trabalho, conforme relata Harvey (2011), a crise de sobreacumulação que teve início na década de 1970 gerou problemas múltiplos: na esfera do Estado, merece destacar o endividamento crônico, tal

endividamento abriu oportunidades de atividades especulativas, tornando o poder do Estado mais vulnerável às influências financeiras, isso também envolveu a passagem dos lucros das atividades produtivas às instituições de capital financeiro; no plano das políticas sociais, o crescente poder do trabalho organizado pressionou o nível de gastos sociais, (sobretudo o seguro desemprego) e dos custos com salários, provocando redução dos recursos e deterioração das finanças do sistema de seguridade social, pois num período de perturbação econômica, com o aumento do desemprego, as demandas por serviços de proteção social tornaram-se crescentes.

Dessa forma, a “única alternativa” posta para resolver os problemas com a crise instalada, conforme proferiu Thatcher ainda na década de 1970 (HARVEY, 2004) era de liberar as forças que amarravam a emancipação da nova tecnologia para superar o capital em crise. Logo então, o capital reestruturou-se, financeirizou-se, internacionalizou-se, ampliou-se e desenvolveu-se. Nesse contexto, o capital passa a questionar os elementos centrais que obstaculizavam a retomada do crescimento econômico e a acumulação capitalista. Seus argumentos pautavam, sobretudo, nos fatores inibidores da mobilidade das forças de mercado, que caminham no sentido de combater a ação do Estado, os sindicatos, o gasto social e a rigidez do mercado de trabalho.

Segundo Mézáros (2006) esses obstáculos centravam-se na rigidez e na regulamentação do trabalho, instituindo-se, então, o ‘mito da flexibilidade’ e a desregulamentação como panacéia para enfrentar o problema de desemprego. Conforme cita Harvey (2011), a ameaça no campo da produção provocou como consequência uma reação no campo das finanças. Assim, para assegurar o efetivo funcionamento deste novo paradigma de acumulação reestruturado, as principais economias capitalistas adotaram o compromisso com o neoliberalismo, surgindo a oportunidade necessária para lançar um ataque frontal ao poder do trabalho organizado com a redução do papel de suas instituições no processo político. Desataca-se que a primeira ação neoliberal foi destruir o poder do sindicato.

Dessa forma, as idéias neoliberais ‘ressurgem’ constituídas de

uma desenvoltura e capacidade de tornar possível a superação da crise e a retomada de crescimento, e a partir de então, logo vão tomando conta do discurso nos principais países capitalistas e sendo disseminadas pelo mundo inteiro. No entanto, as medidas adotadas para recuperar o crescimento econômico com a voga de um novo padrão de industrialização construído sob a ofensiva do capital reestruturado têm favorecido principalmente a maior concentração e expansão de empresas oligopolísticas, multindustriais, transnacionais e com múltiplas atividades tanto produtivas como (principalmente as) financeiras. Em contrapartida, esse mesmo movimento provocou a redução do poder político no controle sobre a esfera financeira transnacionalizada, e dos recursos do Estado, gerando desemprego em massa, miséria e pobreza, ampliando ao mesmo tempo as desigualdades de renda, incertezas monetárias, financeiras, econômicas e sociais no marco da reestruturação da Nova Ordem Econômica Internacional (MARINI 1992; MATTOSO, 1996; POCHMAN, 2002; HARVEY, 2004 E 2011 E MÉSZÁROS, 2006).

O resultado “da aplicação a cabo” de todas as medidas neoliberais, no atual momento, mostra que a economia mundial não desfrutou de crescimento econômico articulado, generalizado, sustentado e tampouco aumentou o investimento em capital produtivo. Muito pelo contrário, conforme assinala Pochmann (2002), os resultados se mostraram decepcionantes do ponto de vista do desempenho econômico mundial. O autor aponta ainda que do ponto de vista social, os prejuízos foram evidentes, confirmados pela elevação do desemprego e da pobreza.

Como era esperado pelos críticos, este movimento provocou mudanças na estrutura da sociedade. Por exemplo, o Estado seguiu um novo padrão de reajuste das políticas macroeconômicas e sociais e reformou o aparelho estatal com as privatizações. Na esfera produtiva, as empresas valeram-se de mudanças tecnológicas, produtivas e organizacionais, para aumentar a sua competitividade e produtividade. Para os trabalhadores, essas mudanças - principalmente a flexibilidade e a desregulamentação, ou legislação

antitrabalho, (MÉSZÁROS, 2006) - criaram desemprego em massa, desassalariamento, informalidade, fratura nos sindicatos, perda dos direitos trabalhistas, entre outros.

Esse processo de transformação no mundo do trabalho que se verifica nos países capitalistas avançados ainda no final da década de 1960, chegando à América Latina em 1980 e no Brasil no início dos anos 1990, produziu uma crescente insegurança no mercado de trabalho (MATTOSE, 1996 e POCHMANN, 2002). O resultado de todo este processo é que mesmo com variações positivas de crescimento econômico, o desemprego continuava sempre superando os níveis já existentes. Assim, o agravamento da crise do emprego nos principais países capitalistas, comparando com as elevadas taxas de desemprego existentes nos países subdesenvolvidos mostram como o desemprego é um fenômeno mundial, resultando na exclusão social e na pobreza, tornando-os como os principais problemas a serem enfrentados pela sociedade capitalista contemporânea.

Nesse sentido, com o extraordinário avanço da globalização e da reestruturação produtiva, atrelado à preocupação com as políticas macroeconômicas de estabilização monetária dos Estados Nacionais, no fim do século XX, assistiu-se ao fracasso das políticas do Estado de Bem Estar e da garantia de emprego, que fragmentou as políticas sociais colocando em xeque o compromisso social construído no pós-guerra.

2- A FRATURA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E SEUS IMPACTOS NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE INATIVA: O CASO DOS JOVENS

Este item irá tratar sobre a fratura das políticas sociais no contexto de emergência do neoliberalismo e sua contribuição para desestruturação da População Economicamente Inativa, especialmente a população jovem. Nesse sentido é importante mencionar que, conforme apresentado no item anterior sobre a nova configuração do Estado, sua situação fiscal e financeira geraram um movimento de desmonte das ações voltadas para o bem estar social, uma vez que os Estados neoliberais passaram a priorizar as medidas de estabilização monetária e controle fiscal balizadas pelo Consenso de Washington,

provocando a perda do caráter ativo e universalizante do SPE, construído nos moldes dos pós Segunda Guerra, dando espaço às políticas de caráter assistencialistas e compensatórias.

Sabe-se que o Estado possui inúmeras formas de intervenção que afetam o nível de emprego que vão desde a fixação de salário mínimo, dos custos fiscais e parafiscais de encargos trabalhistas até a formação e intermediação profissional e estas se estruturam em Políticas Públicas de Emprego composta por dois eixos: as Políticas Ativas e as Compensatórias. Segundo Pochmann (2002, p. 115):

As políticas de emprego ativas representam um conjunto de medidas direcionadas à elevação da quantidade de postos de trabalho, principalmente as que atuam sobre os fatores determinantes da demanda de mão de obra, como a expansão em atividades econômicas que usam mais intensivamente o trabalho. [...] As políticas de emprego compensatórias, são ações que objetivam impedir redução do nível de emprego e favorecer o tratamento social dos que não possuem emprego.

Com a crise das economias avançadas na década de 1970, profundas transformações ocorreram no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que surgiu a incapacidade do governo em manter seus programas universais e de garantias de renda para a totalidade da força de trabalho desempregada. Outros fatores que passaram a ser latentes na época como o desassalariamento, a informalidade, ocupações irregulares e atípicas, pré-aposentadorias, precarização das relações de trabalho, baixos salários, o desemprego persistente e etc, também contribuíram para diminuir a captação dos programas sociais de indenizações de desemprego, uma vez que as ocupações criadas no seio da informalidade e da irregularidade em sua maioria não são tributadas, contribuindo também para a deterioração do sistema de seguridade social e proteção social (AZEREDO e RAMOS, 1995).

Não obstante, estas não foram por si só as únicas explicações para o surgimento dos problemas no sistema social. Segundo

Pochmann (2002), as reformas neoliberais e o envolvimento do Estado com outras questões de mercado e os ajustes dos gastos públicos (comprometimento do orçamento voltado para a dívida pública e financeirização em detrimento ao social) acabaram afetando as políticas sociais de vários países, que estavam envolvidos com a qualidade do sistema de proteção social, a universalidade da cobertura e abrangência, bem como o avanço dos serviços de qualidade oferecidos aos diferentes grupos sociais.

Assim, as medidas de cunho neoliberal introduzidas no final do século XX, como o corte nos gastos públicos na área do emprego (por exemplo, países como Estados Unidos, Inglaterra e França rebaixaram o percentual do Produto Interno Bruto – PIB nos gastos com Políticas Públicas de Emprego), a flexibilização do mercado de trabalho e a desregulamentação das políticas de emprego ou legislação antiemprego, como bem denomina Mészáros (2006), terminaram agravando o quadro geral de desemprego fragilizando ainda mais o trabalhador (POCHMANN, 2006).

É dentro deste cenário que observamos a ‘fratura das políticas sociais’ presentes no contexto de reestruturação do capital, uma vez que, no momento em que mais pese a necessidade dessas políticas para proteger a parcela vulnerável da população excluída dos ‘frutos do desenvolvimento do capital’, em um contexto de profundas transformações, elas se apresentam desarticuladas, segmentadas e fragilizadas, com o Estado mais preocupado com a alocação de recursos para alimentar o processo de financeirização e para o pagamento da dívida pública. A partir de então, sob o domínio da ideologia neoliberal as Políticas Sociais abrangentes se apresentam como políticas assistencialistas e paliativas no combate a este movimento de marginalização e exclusão social, já as políticas de emprego perderam seu caráter ativo, causando alterações significativas no tratamento para com seus assistidos, bem como no sistema de proteção e promoção social como um todo.

Nesse sentido, com o extraordinário avanço da globalização e da reestruturação produtiva, atrelado à preocupação com as políticas macroeconômicas de estabilização monetária dos Estados

Nacionais, no fim do século XX, assistiu-se ao fracasso das políticas do Estado de bem estar e da garantia de emprego, que ampliou a fratura e fragmentação das políticas sociais colocando em xeque o compromisso social construído no pós-guerra. Para Fagnani (2005), os princípios que orientaram a agenda neoliberal romperam com as políticas de integração social e causaram efeitos sociais nefastos. Nesse sentido,

O Estado de Bem-Estar Social é substituído pelo 'Estado Mínimo', a seguridade social, pelo seguro social; a universalização, pela focalização; a prestação estatal direta dos serviços sociais, pelo "Estado Regulador" e pela privatização; e os direitos trabalhistas, pela desregulamentação e flexibilização (FAGNANI, 2005, p. 7).

Dessa forma, inicialmente as políticas sociais, mostraram-se suficientes para conter a entrada de pessoas do quadro de população inativa (idosos, pensionistas, jovens e mulheres) no mercado de trabalho. No entanto, com a subordinação do mercado de trabalho ao processo de acumulação capitalista, todos os trabalhadores e, em especial, os jovens, têm se encaminhado a um quadro de incertezas e inseguranças no mercado de trabalho, pois a então política de mercado de trabalho se tornou insuficiente para dar conta dessas incertezas e inseguranças que se processam para o trabalhador na situação de persistência do desemprego.

Assim, à medida que se agrava a crise do emprego, paralelamente se dá a perda de dinamismo do Estado em continuar com a manutenção da população tradicionalmente inativa na sua condição de inativa e também em proteger os sem trabalho. Como consequência tem-se a desestruturação financeira da organização familiar. Por esses motivos, certas mulheres têm a necessidade de sair de seus lares para ir à busca do sustento familiar, movimento denominado por muitos autores de 'emancipação feminina'. Os idosos postergam o direito de desfrutar do seu tempo de aposentadoria e os já aposentados como também os pensionistas 'voltam à ativa'. Quanto aos

jovens, esses passam a ser precocemente compelidos ao mercado de trabalho, antes de completar sua idade 'legal' de inserção laboral e da conclusão formal dos estudos. Todos, produto da necessidade de recuperar a renda familiar deteriorada pela crise capitalista por falta de salários e empregos e reverter a situação de miséria e pobreza. Resta, portanto, como único caminho para as famílias recuperarem o déficit de sua renda em um cenário de estagnação econômica e desemprego generalizado é ser subserviente aos ditames do mercado. Esse movimento contribuiu para o aumento da população ativa, com pressões maiores sobre as taxas de desemprego.

Nas palavras de Mézáros (2006, p. 2) a situação de miséria e pobreza das famílias pode ser enfatizada pelo aumento da taxa de pobreza nos países capitalistas avançados, a exemplo dos Estados Unidos:

A taxa de pobreza no último ano, 13,7 por cento, era mais elevada do que em 1989, apesar de sete anos de crescimento quase ininterrupto. Aproximadamente 50 milhões de americanos vivem abaixo da linha nacional da pobreza, [...] os rendimentos médios semanais dos trabalhadores caíram de US\$ 315 em 1973 para US\$ 210, enquanto os 5 por cento mais ricos ganhavam em média de US\$ 6440, [...] o número de americanos sem seguro de saúde mantinha-se em 40,6 milhões em 1995, um aumento de 41 por cento desde meados da década de setenta. Em 1995, quase 80 por cento dos não assegurados estavam em famílias onde o chefe de família tinha um emprego, [...] e o rendimento de um por cento dos mais ricos da população é equivalente àquele dos 40 por cento da base.

Dessa forma, com o desassalariamento, isto é, com o rebaixamento dos salários aquém dos níveis do salário de subsistência necessário para permitir o sustento de uma família da classe trabalhadora, e com o aumento e persistência do desemprego, os trabalhadores foram levados a buscar alternativas ou pelo emprego múltiplo dos membros da família (os que estão em idade ativa) ou pela solidariedade do emprego dos múltiplos membros da família (estejam

eles em idade ativa ou não). Dessa forma, a família pode aliviar sua situação de pobreza simplesmente pela introdução no mercado de trabalho os seus membros que estiverem dispostos a trabalhar (BRAVERMAN, 1987).

Assim sendo, deve-se mencionar que num momento de elevação da pobreza e miséria, expansão da força de trabalho ativa, avanço tecnológico e novos padrões de consumo, têm-se assistido mudanças na estrutura familiar de todas as formas, contribuindo, em grande medida, para o um aumento nas taxas de desemprego em todas as faixas etárias, porém, destacamos que a probabilidade de um jovem se encontrar desempregado vis-à-vis um trabalhador adulto é entre duas a três vezes maior (CACCIAMALI, 2004). Os dados da (OIT) também sinalizam a mesma tendência: *“Durante la crisis, el desempleo juvenil aumentó a un ritmo más rápido que el desempleo global. Hoy en día, los jóvenes tienen entre dos y tres veces más probabilidades de estar desempleados que los adultos”* OIT (2011, p.1).

Se notarmos o que está acontecendo, na estrutura familiar, resultado do que vem se processando nos últimos anos de crise do capitalismo, o que se vê é a crescente massa de proletariado saindo da base familiar em busca de emprego. Conforme está amplamente presente nos relatórios da Organização Internacional do Trabalho - OIT (2018) sobre a temática, a evolução do desemprego da população jovem é algo preocupante, pois em 1999 a OIT estimava que houvesse aproximadamente 60 milhões de jovens e adolescentes de 15 a 24 anos em busca de emprego. Em 2009 esse dado foi atualizado para 76,7 milhões. Em 2011 alcançou o patamar de 81 milhões. Em 2013, haviam 74,5 milhões de jovens desempregados e em 2018 as estimativas apontam para um número de 71,1 milhões.

Ao que parece, o mundo está diante de uma tendência à regressão do quadro de desemprego juvenil, porém, a OIT alerta que o dado ainda é preocupante, pois o número divulgado não mensura o quantitativo de jovens ociosos ou inativos que é ainda maior. Estes jovens inativos, por sua vez são chamados de NEET nas estatísticas internacionais de trabalho. Para se ter uma idéia, os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE

em 2016, mostrava que cerca de 40 milhões, quase 15% dos jovens, dos 36 países membros da OCDE estavam nas estatísticas do NEET (OIT, 2018). Contudo, ressalta-se que os jovens inativos investigados nesse artigo não representam os inativos que compõe o grupo NEET, uma vez que os primeiros jovens representam aqueles que, dentro de um período historicamente determinado de reestruturação do capital eram inativos que vivam seu período de moratória social e foram compelidos à atividade, diferentemente dos jovens NEET que foram compelidos à inatividade após o aprofundamento das consequências deste mesmo processo de reestruturação sendo os NEET um fenômeno relativamente recente.

Portanto, diante dos problemas do desemprego e miséria que assolavam a vida das famílias, o único caminho para a sociedade recuperar o 'déficit de sua renda' num cenário de estagnação econômica e desemprego generalizado, é ser subserviente aos ditames do mercado. É dentro deste movimento que os jovens de famílias menos favorecidas são precocemente compelidos ao mercado de trabalho, antes mesmo de completar sua idade 'legal' de inserção laboral e da conclusão formal dos estudos. Tal fato contribuiu para que houvesse o aumento da população ativa, com índices cada vez maiores de desemprego, a partir da década de 1970.

Segundo Mattoso (1996, p.76-77) na condição de inexistência de empregos permanente para todos, o capital reestruturado teria gerado um novo trabalhador, ao mesmo tempo em que acentua a fragmentação e heterogeneidade do mundo do trabalho eliminando o que restava da solidariedade e coesão social, rompendo com as diferentes formas de defesa ou segurança do trabalho geradas no pós-guerra em todo o mundo. Dessa forma, inicialmente as políticas sociais, mostraram-se suficientes para conter a entrada de pessoas do quadro de população inativa (idosos, pensionistas, jovens e mulheres) no mercado de trabalho. No entanto, com a subordinação do mercado de trabalho ao processo de acumulação capitalista, todos os trabalhadores e, em especial, os jovens, têm se encaminhado a um quadro de incertezas e inseguranças no mercado de trabalho, pois a então política de emprego se tornou insuficiente para dar conta

dessas incertezas e inseguranças que se processam para o trabalhador na situação de persistência do desemprego.

Dessa forma, Cacciamali (2004) enfatiza que o empobrecimento advindo da crise no final do século XX vem provocar alterações no comportamento da instituição familiar, especialmente dos estratos médios e pobres, que têm conduzido ao mercado de trabalho um número maior dos membros mais jovens, sem contar com o abandono escolar. Fato comprovado quando a autora destaca que as famílias situadas na base da distribuição de renda são compostas por maior proporção de jovens com menor escolaridade, e estes são, portanto, os que apresentam as maiores dificuldades de inserção no emprego formal. Portanto, pode-se afirmar que a falta de garantias sociais, o aumento da miséria e da pobreza nos últimos anos resultou no fato de milhões de famílias serem compelidas a manter múltiplos empregos, tendo sido observado frequentemente a ocorrência de jovens em idade escolar à procura por trabalho, na perspectiva de complementar a renda necessária para atender às necessidades familiares, fato este que alterou a configuração da inatividade da população jovem e a quebra de sua moratória social.

3- A MORATÓRIA SOCIAL E A SUPEREXPLORAÇÃO DA POPULAÇÃO JOVEM

O presente item irá tratar sobre a forma de entrada do jovem no mercado de trabalho no período que sucedeu a ruptura nos moldes tradicionais da moratória social que causaram pressões no aumento do número de desempregados abrindo caminho para a superexploração da sua força de trabalho jovem. De fato, até a década de 1970, parte significativa da população acima dos dezesseis anos não era computada como parcela da força de trabalho, pois esta era constituída de pessoas em idade escolar, que presumidamente não procuravam emprego. Todavia, após esse período, cerca de 4 a 5 milhões de jovens passaram a procurar emprego, embora, algumas vezes fossem computados como não sendo parte da força de trabalho. E isso levou a desconstrução da compreensão da juventude como uma fase de transição para a vida adulta, marcada pela saída dos bancos da

escola para a inserção no sistema laboral, modificando toda a fase de inserção juvenil nos moldes tradicionais de ocupação (ANTUNES, 1995).

Aquino (2009) e Abramo (apud SOARES, 2010) retratam que o padrão cultural dominante, construído na emergência da sociedade ocidental industrial, tratava e tematizava a juventude como uma etapa de transição para a vida adulta, que, historicamente, exigia esforços coletivos no sentido de preparar o jovem para ser ajustado e produtivo por parte da escola e da família, e isso só acontecia na faixa etária dos 15 aos 24 anos. Dessa forma, na 'fase de transição' da infância para a vida adulta os jovens estariam vivendo sua moratória social cujo comportamento esperado seria: estar na escola, ter uma inserção estável no mercado de trabalho e, em seguida, buscar por uma inserção mais estável, constituindo, por fim, sua própria família. Nesse caso, ser jovem significava pertencer a uma etapa que seria dedicada a preparação do indivíduo, através das instituições sociais, para o ingresso no sistema produtivo.

Porém, se notarmos o que está acontecendo, na estrutura familiar, resultado do que vem se processando desde a crise do capitalismo dos anos 1970, o que se vê é a crescente massa de proletariado saindo da base familiar em busca de emprego. Essa exposição do jovem à condição de ativo proporciona ao capital uma crescente massa de superpopulação relativa supérflua, conforme cita (MÉSZÁROS, 2006). Na Lei Geral de Marx (1988) o ser humano, na sua formação continuada, quando jovem, após sair de sua infância, sai do excedente relativo da população inativa para o excedente ativo da população relativa, dessa forma o capital passa a dispor de um vasto reservatório de trabalhadores disponíveis que se estende e se amplia assustadoramente. Nesse sentido, podemos citar que a população inativa que passou a pressionar o mercado de trabalho à partir de 1970, por exemplo, a jovem, a feminina, a idosa entre outras constitui uma reserva ideal de trabalho. Isso não implica necessariamente em afirmar que é trabalho ideal para o 'uso' no processo produtivo, mas sim, na constituição de uma superpopulação relativa supérflua ideal para manter as condições de exploração da classe trabalhadora.

Na concepção de Marx (1988) a formação de um Exército Industrial de Reserva – EIR ocorre com a tendência de variação da composição orgânica do capital à medida que há o aumento da massa de capital constante em detrimento a massa de capital variável, como resultado do impacto da própria acumulação capitalista. Na análise de Loureiro e Galvão (2017) sobre o EIR de Marx essa população excedente é a alavanca fundamental à acumulação capitalista, bem como à existência do próprio modo de produção, sendo que, o impacto do aumento da acumulação e do EIR traz consigo a possibilidade crescente de exploração dos trabalhadores, seja pela intensificação do trabalho, pelo aumento da jornada de trabalho, pela redução dos salários entre outros. Desse modo, a pressão que o imenso contingente de jovens passou a exercer sobre a população ativa contribui para o aumento das tensões geradas pelo excesso de mão de obra desempregada disponível a ser usada a qualquer instante de acordo com as exigências do capital.

Segundo Carcanholo e Amaral (2008, p. 16) relacionar o EIR com a superexploração permite “mostrar sua ação no sentido de exacerbar as formas ou mecanismos de extração de mais valia”. Desse modo, a categoria da superexploração deve ser entendida como o conjunto da modalidade que implica em remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e/ou elevadas jornadas de trabalho. “Sendo assim, a ocorrência da superexploração do trabalho provoca impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e queda salarial” (CARCANHOLO E AMARAL, 2008, p. 16). Do mesmo modo, o trabalho exercido em ambientes insalubres, precários e com falta de segurança também pode ser acrescido à análise da situação do trabalhador caracterizando um quadro de agravamento da superexploração. Contudo, deve-se mencionar que indústrias modernas, altamente mecanizadas e automatizadas também não devem ser deixadas de fora do mecanismo de superexploração da força de trabalho, uma vez que tanto a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, quanto às elevadas jornadas de trabalho também são possíveis nesses ambientes, haja vista as pressões por produção e produtividade.

de da força de trabalho com a introdução de tecnologias capazes de produzir mais em menos tempo. Dessa forma, o que conta aqui é a ação no sentido extração de mais valia seja ela na forma de mais valia absoluta ou mais valia relativa.

O conceito de superexploração foi cunhado por um dos principais expoentes da Teoria Marxista da Dependência, Ruy Mauro Marini, ao resgatar elementos importantes da contribuição de Marx para explicar de que modo a produção dos países centrais extrapola a produção de mais valia absoluta em mais valia relativa através da exploração da força de trabalho dos países periféricos, que, por conta dos países periféricos serem destituídos de uma consolidada base científica e tecnológica similar a dos países centrais, estes recorrem a superexploração do trabalho como forma de compensação. Assim, Marini (1992) considerava que superexploração representa toda situação em que o trabalhador tem o valor de sua força de trabalho remunerada abaixo de seu valor real, as situações podem ser representadas por: 1) aumento da intensidade de trabalho; 2) prolongamento da jornada de trabalho e 3) redução do consumo do operário além do limite normal. Observa-se que todos representam mecanismos de ampliar a acumulação de capital mediante a obtenção de mais mais-valia (Loureiro e Galvão, 2017, pag. 4)

Assim, sabe-se que as diferenças de idade, sexo e escolaridade dos trabalhadores influenciam de forma significativa na probabilidade de encontrar um emprego/ocupação. Nessa situação, Cacciamali (2004) afirma que os mais jovens e os de menor experiência, instrução e qualificação têm a maior probabilidade de encontrar restrições na ocupação. Aquino (2009), argumenta que no atual cenário de restrição, há duas grandes tendências para os atuais moldes de transição da juventude: 1^a) Os de origem social privilegiada adiam a busca por colocação profissional e seguem dependendo financeiramente de suas famílias, estendendo sua formação educacional, na perspectiva de conseguir inserção econômica mais favorável no futuro e 2^a) Os demais jovens são compelidos a se inserirem precocemente no mercado de trabalho onde algumas vezes, não conseguindo conciliar trabalho e estudo, acabam desertando antes da sua conclusão

formal. E é justamente esse último segmento da população jovem que na maioria das vezes é submetido a empregos precarizados, com jornadas de trabalho elevadas, expostos a condições precárias de trabalho, mal remunerados, em outras palavras, são submetidos ao que Marini (1992) chama de superexploração do trabalho.

De modo geral, as estatísticas de desemprego mencionadas no item anterior evidenciam que a completa absorção da latente população jovem da população ativa nunca se concretiza. Além do mais, a presente geração juvenil experimenta as consequências das rápidas e incessantes mudanças que transformaram o mundo do trabalho, caracterizadas pelo ingresso prematuro e precário dos jovens mais vulneráveis na condição de atividade econômica, o que acaba por comprometer o desenvolvimento da capacidade desses jovens para toda vida, perpetuando e ampliando o ciclo de pobreza em que grande parte de suas famílias se encontram imersas. A OIT (2012) também caracteriza a juventude como um grupo de sérias vulnerabilidades e que nos momentos mais críticos dos choques econômicos sua situação se torna ainda mais vulnerável.

Na concepção de Mészáros (2006), quando o capital alcança este estágio de desenvolvimento, não há maneira de corrigir as causas da sua crise estrutural, se não com efeitos e manifestações de superfície. O autor ainda chama a atenção que o desemprego está a crescer perigosamente, e que as condições de trabalho devem se tornar piores do que nunca, pois o nível de exploração nunca é suficiente. Entretanto, Marini (1992), já teorizava que o a grande ironia que este sistema impõe é que uma maior acumulação de capital irá se processar mediante o aumento da exploração do trabalho lançando uma porção cada vez maior da humanidade à categoria de mão de obra supérflua desempregada, que, com a persistência do desemprego, acaba pressionado demandas cada vez maiores ao auxílio do seguro desemprego e outras políticas sociais. A observação pioneira de Marx (1988, p. 53) sobre o tema mostra que “a floresta de braços erguidos ao alto pedindo trabalho torna-se cada vez mais densa, e os próprios braços tornam-se cada vez mais magros”.

Assim, é possível identificar nesse movimento de persistência

do desemprego, juventudes que, ao mesmo tempo em que vulnerabilizadas, (re)criam formas de inserção e participação no mercado de trabalho, através de ocupações atípicas, precarizadas e altamente exploradoras. Cacciamali (2004), Abramovay, Andrade e Gil Esteves (2007) afirmam que devido ao seu menor grau de escolaridade, experiência e qualificação, os jovens apresentam maiores dificuldades de inserir-se em uma relação estável de emprego e que estariam mais propensos a aceitarem ocupações precárias sejam elas formais ou informais, (há dados que apontam que os contratos de trabalho formais podem ser, em grande medida, tão precários quanto os informais), com elevada rotatividade e jornadas de trabalho e salários mais baixos, etc.

Segundo informações da OIT (2012, p. 04) esses problemas não são exclusivos de países da periferia capitalista, pois:

En las economías desarrolladas, los jóvenes son contratados, cada vez más, en empleos atípicos y la transición al trabajo decente sigue siendo postergada. El crecimiento del empleo temporal y del trabajo a tiempo parcial en la última década, principalmente desde la crisis económica mundial, sugiere que este trabajo es cada vez más utilizado, ya que es la única opción disponible. [...] La tendencia hacia un mayor índice de contratos temporales ha alimentado el debate acerca de la flexibilidad del mercado laboral en general, y de la dualidad del mercado laboral en particular.

Assim, a prática de contratações flexíveis requerida pelo paradigma de produção a permanência em um emprego precário vem se estendendo muitas vezes associado às baixas remunerações e menores benefícios (SUIRON, 2017). O estudo do precariado também é uma tentativa de compreender as condições de vida e trabalho de grande parcela da classe trabalhadora jovem, submetida superexploração do trabalho, no entanto, não faz parte do aprofundamento desta pesquisa. Portanto, para ficar totalmente esclarecido, é necessário compreender que esses casos podem ocorrer não apenas nos países subdesenvolvidos do mundo capitalista, mas também

nos desenvolvidos e em desenvolvimento (BRAGA apud SUIRON, 2017). Pois apesar das diferentes estruturas produtivas, a população jovem atualmente é vulnerável e subserviente aos ditames do mercado que representam uma ampla base de superexploração do capital aptas a serem acionadas à medida que o capital necessitar, e também de serem descartadas da atividade produtiva ao primeiro sinal de fragilidade econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais evidências elencadas ao longo do texto mostram que a proteção e assistência social do Estado de Bem Estar impediam o reabaixamento do padrão de vida da classe trabalhadora. No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o cenário muda com a crise econômica e o esgotamento do padrão de industrialização norte americano do pós-guerra. Emerge um novo modelo de desenvolvimento (neoliberal), com vistas à superação da crise e retomada do processo de produção, crescimento econômico e acumulação capitalista abrindo caminho para atacar os instrumentos regulatórios do mercado de trabalho e as políticas sociais, ambos comandados pelo Estado no intuito de desestruturar as articulações e as relações sociais. Institui-se, então, o ‘mito da flexibilidade’ e a desregulamentação como panacéia para enfrentar o problema de desemprego. Nesse contexto de incertezas monetárias, financeiras, econômicas, produtivas e sociais no marco da reestruturação do capital, os instrumentos adotados pautados no neoliberalismo geraram desemprego em massa, desassalariamento, informalidade, fratura nos sindicatos, perda dos direitos trabalhistas, miséria e pobreza, ampliando ao mesmo tempo as desigualdades de renda.

Nesse período de perturbação econômica, o aumento do desemprego pressionou a demanda por serviços de proteção social tornando os gastos sociais estatais crescentes. Por outro lado, o novo padrão de reajuste das políticas macroeconômicas e sociais com o Estado voltado às medidas de estabilização monetária e controle fiscal balizadas pelo Consenso de Washington em detrimento as sociais construídas nos moldes do Estado de Bem Estar, houve o desmonte das

ações do SPE com o Estado voltado mais para as políticas de emprego Compensatórias se afastando das políticas de emprego do tipo Ativa. É dentro deste cenário que observamos a ‘fratura das políticas sociais’, pois em um contexto de profundas transformações, elas se apresentam desarticuladas, segmentadas e fragilizadas, perdendo seu caráter universalizante de promoção, proteção e integração social. Dessa forma, essas políticas tornaram-se assistencialistas e paliativas no combate a este movimento de marginalização e exclusão social. Portanto, à medida que se agrava a crise do emprego, paralelamente se dá a perda de dinamismo do Estado em continuar com a manutenção da população tradicionalmente inativa (idosos, pensionistas, crianças, jovens e mulheres) na inatividade e também em proteger os sem trabalho. Como consequência tem-se a desestruturação financeira da organização familiar com a necessidade de recuperar a renda deteriorada pela falta de salários, empregos e seguros sociais, é nesse cenário que os jovens passam a ser precocemente compelidos ao mercado de trabalho, antes de completar sua idade ‘legal’ de inserção laboral e da conclusão formal dos estudos, atualmente o que se vê é a crescente massa de proletariado saindo da base familiar em busca de emprego

Tradicionalmente, a juventude é tematizada como a fase de transição para a vida adulta, no qual exigia esforços coletivos no sentido de prepará-los para serem ajustados e produtivos por parte da escola e da família, e isso só acontecia na faixa etária dos 15 aos 24 anos, essa fase de transição é conhecida como moratória social. Porém desde o início do processo de crise e reestruturação capitalista o que se vê é a crescente massa de proletariado saindo da base familiar em busca de emprego. Dessa forma, o capital passa a dispor de um vasto reservatório de trabalhadores excedentes disponíveis que se estende e se amplia assustadoramente. Essa população excedente é a alavanca fundamental à acumulação capitalista, bem como à existência do próprio modo de produção, sendo que, o impacto do aumento da acumulação e do Exército Industrial de Reserva traz consigo a possibilidade crescente de exploração dos trabalhadores, seja pela intensificação do trabalho, pelo aumento da jornada de trabalho,

pela redução dos salários entre outros. Desse modo a categoria da superexploração deve ser entendida como toda situação de atividade laboral na qual o trabalhador tem o valor de sua força de trabalho remunerada abaixo de seu valor real. As situações de superexploração podem ser representadas por: 1) aumento da intensidade de trabalho; 2) prolongamento da jornada de trabalho e 3) redução do consumo do operário além do limite normal. Observa-se que todos representam mecanismos de ampliar a acumulação de capital mediante a obtenção de mais mais-valia.

Portanto, no atual molde de inserção laboral juvenil que passou a vigorar a partir de 1970, muitos jovens são compelidos a adentrarem precocemente no mercado de trabalho, muitas vezes desertando do sistema de ensino ou conciliando trabalho e estudo. Considerando que é justamente o segmento da população jovem menos abastada que se observa tais práticas, e que na maioria das vezes estes jovens são submetidos a empregos precarizados, com jornadas de trabalho elevadas, expostos a condições precárias de trabalho, mal remunerados, em outras palavras, são submetidos a superexploração do trabalho. Assim, nesse processo de desestruturação do mercado de trabalho é possível identificar além da persistência de desemprego a presença de jovens em ocupações atípicas, subempregadas, mal remuneradas, expostos a elevadas jornadas de trabalho e em grande maioria na informalidade.

Dessa forma, pode-se concluir que a emergência da atividade da população jovem no seio das transformações produtivas, além de produzir um novo perfil de trabalhador também os encaminhou ao que a literatura estudada chama de superexploração do trabalho pelo capital, ampliando as bases de acumulação capitalista via extração de mais valia da vulnerabilizada força de trabalho jovem.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Miriam, ANDRADE. Eliane Ribeiro, GIL ESTEVES, Luiz Carlos (org). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. UNESCO. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/001545/154580por.pdf>. Acesso em: 03 de mar. de 2012.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ed. São Paulo. Cortez. 1995.
- AQUINO, Lusénir Maria C de. A juventude como foco das políticas públicas. In CASTRO, Jorge Abraão de. AQUINO, Lusénir Maria C. de Aquino. ANDRADE, Carla Coelho de. (org). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília. IPEA. 2009.
- AZEREDO, Beatriz. RAMOS, Carlos Alberto. Políticas Públicas de Emprego: Experiências e desafios. In: Planejamento e políticas públicas. Nº 12 – Jun/Dez de 1995. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/article/viewfile/142/144>. Acesso em: 23 de mar de 2012.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. 3ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara. 1987.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Mercado de Trabalho Juvenil: Argentina, Brasil e México. Estudo apresentado ao Departamento de Estratégia de Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Genebra. OIT. 2004. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/trabalhojuvenil.pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2008.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. AMARAL, Marisa Silva. Acumulação capitalista e Exército Industrial de Reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependente. Revista de Economia, v. 34, nº especial, p. 163 – 181, 2008.

- COSTA, Joana. ROCHA, Enid. SILVA, Claudia. *Voces de la juventud en Brasil: aspiraciones y prioridades*. In: NOVELLA, Rafael. REPETTO, Andrea. ROBINO, Carolina. RUCCHI, Graciana. Editores. *Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar?* Banco Interamericano de Desarrollo. Canadá. 2018. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/publicacion/millennials-en-america-latina-y-el-caribe-trabajar-o-estudiar> Acessado em 12 de fev. de 2019
- COUTO, Márcia de L. P. XAVIER, Carlos A. C. OLIVEIRA, Mariana N. Características do mercado de trabalho brasileiro no século XXI: uma leitura sob a perspectiva da superexploração da força de trabalho. XXII Encontro Nacional de Economia Política. Campinas, Unicamp, 2017.
- FAGNANI, Eduardo. Déficit nominal zero: a proteção social na marca do pênalti. In: Carta Social e do Trabalho. CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. UNICAMP. n. 2 – set./dez. 2005.
- HARVEI, David. Espaços de esperança. Loyola. São Paulo. 2004.
- HARVEI, David. O novo imperialismo. 5ed. Loyola. São Paulo. 2011.
- LOUREIRO, Elisabeth Zorgetz. GALVÃO, Maurício Batista. Exército Industrial de Reserva e Superexploração sobre as mulheres numa economia dependente: O município de Ilhéus na crise da lavoura cacaueteira. XXII Encontro Nacional de Economia Política. Campinas, Unicamp, 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. América Latina: Dependência e integração. 1. ed. São Paulo. Página Aberta. 1992.
- MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. Livro I. Tomo II. São Paulo. Nova Cultural. 1988.
- MATTOSO, Jorge. A desordem do trabalho. 1. reimpressão. São Paulo: Scritta, 1996.
- MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES. Ricardo (org). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006. (Col. Mundo do trabalho).

- OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil*. Genebra. Maio de 2012. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_181091.pdf acessado em 15 de abr. 2019
- OIT - Organización Internacional del Trabajo Políticas de empleo juvenil durante lá recuperación económica. Resumen de política. OIT. Genebra. 2011. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp_msu/documents/publication/wcms_151_462.pdf. Acesso em: 24 de abr. de 2012.
- POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil (p. 59-73). In: ANTUNES, Ricardo (org). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006. (Col. Mundo do trabalho).
- POCHMANN, Márcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3.ed. São Paulo. Contexto. 2002. (Coleção Economia).
- SUIRON, Rafaela Semíramis. Juventude e precarização do trabalho no Brasil: trabalho e vida do jovem comerciário de uma loja de departamento na região metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista. Marília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152218> Acessado 20 de mar. de 2019.

NOTAS DE PÁGINA

¹ Quanto ao favorecimento à elevação dos salários diretos o autor cita [...] a organização e produção de bens e serviços coletivos (educação, saúde, previdência social, integração e substituição da renda, assistência social e habitação), na montagem de esquemas de transferências sociais, na interferência pública sobre a oportunidade de acesso a bens e serviços públicos e privados e, finalmente, na regulação da produção e distribuição de bens e serviços sociais

privados. [...] no caso do favorecimento à elevação dos salários indiretos tem-se a configuração da assistência social a acidentados e desempregados, como salários familiares, doença e aposentadoria (MATTOSO, 1996, p. 44-45).

² NEET é uma sigla em inglês para nomear aqueles jovens que estão fora do sistema escolar formal e de treinamento e também do mercado de trabalho. Isto é, ‘Neither in Employment, nor in Education or Training’. Seu equivalente em países de língua hispânica é chamado de NI NI que significa ‘Ni estudia, Ni trabaja’. Em português brasileiro têm-se os Nem Nem, isto é, ‘Nem estuda, Nem trabalha’ (COSTA, ROCHA E SILVA, 2018).

³ Sobre este assunto ver Mattoso (1996) e Pochmann (2006)

⁴ Ressalta-se que de acordo com Suiro (2017, p. 45) estar em uma condição de precariedade não se restringe a uma questão geracional, ela tem recorte de classe: “Nessa perspectiva Guy Standing (2013) elabora sua definição em torno do conceito de precariado, compreendendo-o como uma “nova classe social” que surge em um contexto de desmonte da social-democracia europeia na década de 1970, ou em outras palavras, de crise do modelo fordista-keynesiano de desenvolvimento capitalista (ALVES, 2014). Para o economista, o precariado é formado basicamente por todos aqueles e aquelas que estão inseridos em condições instáveis de emprego, transitando entre uma ocupação e outra, seja por ocasião de uma adversidade pessoal e profissional, como meio de obter uma renda extra ou por opção até conseguir um emprego melhor (STANDING, 2013, p.97).

FECHA DE RECEPCIÓN DEL ARTÍCULO: 5 de julio de 2019

FECHA DE ACEPTACIÓN: 23 de noviembre de 2019

VERSIÓN FINAL: 10 de diciembre de 2019